

IGREJA, CRISE E LIBERTAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 04.03.1979

A Terceira Assembléia do Episcopado Latino-Americano, reunida em Puebla, encerrou seus trabalhos aprovando um documento no qual se confirmam as tendências delineadas em Medellín, há dez anos atrás. A Igreja Católica, através desta reunião, reafirma sua profunda indignação com as desigualdades econômicas e sociais, com a pobreza senão a miséria de muitos e a riqueza de poucos, contra todos os tipos de injustiça e discriminação social que definem o capitalismo subdesenvolvido da América Latina. Nesse sentido condena também e de forma muito específica o autoritarismo, as ideologias de segurança nacional, o desrespeito generalizado aos direitos humanos que têm caracterizado os regimes militares latino-americanos. O marxismo, enquanto visão materialista do mundo, é naturalmente condenado. Mas o capitalismo também o é, em termos muito incisivos. E significativamente não há qualquer condenação ao socialismo.

Estas declarações de princípios estão todas na linha das encíclicas sociais, mas obviamente representam um aprofundamento das posições. Através das encíclicas os papas, ainda que adotassem uma postura às vezes fortemente crítica, jamais revelaram uma ruptura com o sistema de poder vigente, com a ordem econômica e política estabelecidas. Medellín e agora Puebla revelam que na Igreja latino-americana esta ruptura ocorreu.

Não é uma ruptura total. Não é uma ruptura unânime. Mas é uma ruptura real. Os conservadores eram estrita minoria em Puebla. Moderados e radicais dominaram, com predominância dos primeiros. Mas o que é um bispo moderado hoje, na América Latina? Sua crítica ao sistema de poder, embora prudente, é geralmente dura e coerente. Os moderados de hoje há alguns anos atrás provavelmente seriam considerados radicais. Na medida em que toda a Igreja caminhou para a esquerda, descomprometendo-se cada vez

mais com a ordem estabelecida, o centro ideológico da Igreja também caminhou na mesma direção.

Há dez anos, logo após a reunião de Medelín, escrevi um longo ensaio sobre a Revolução Política na Igreja (é a primeira parte de AS REVOLUÇÕES UTÓPICAS, Editora Vozes). Assinalava, então, que a Igreja em todo o mundo e em particular na América Latina atravessava um processo de revolução política. Este processo, que já vinha sendo preparado há muito tempo, teve um avanço decisivo com João XXIII e o Concílio. As inovações teológicas e litúrgicas então ocorridas tinham claras implicações sociais e políticas, que as novas encíclicas confirmaram. E a reunião de Medelín, em 1968, conseqüência direta do Concílio, transformou-se em um marco histórico da revolução política na Igreja.

Através desta revolução interna a Igreja buscava novamente suas origens populares. Durante séculos, a partir de Constantino, ela se comprometera com o poder vigente. Durante a Idade Média ela foi o próprio poder. Com a emergência do capitalismo ela continuou a servir de instrumento ideológico de legitimação e sacralização do sistema, ainda que este processo ocorresse de forma contraditória e cheia de conflitos. Estes conflitos, originavam-se dos compromissos da Igreja com as formações sociais feudais. E nesse sentido a Igreja se transformava em um poderoso obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção capitalistas.

Quando o modo de produção capitalista tornou-se dominante, a Igreja foi obrigada a aceitá-lo, ainda que sem muita convicção, e a legitimá-lo. A crítica da Igreja ao capitalismo, entretanto, em um primeiro momento, ainda no século XIX e durante toda a primeira metade do século XX era uma crítica principalmente conservadora - uma crítica de quem quer voltar ao passado. A partir dos últimos vinte ou trinta anos, porém, ela transforma-se em uma crítica progressista. Já não se quer voltar atrás, mas caminhar no sentido de mais justiça social, de maior igualdade de maior liberdade. O compromisso não é mais com os antigos barões feudais e com os valores tradicionais mas com os trabalhadores. E na América Latina esse compromisso é crescentemente com os trabalhadores marginalizados que vivem no campo e na periferia das cidades.

A causa fundamental desta volta às suas origens foi a percepção por parte da Igreja de que esta, ao se por a serviço do capitalismo, perdia suas bases. Ao contrário do que ocorria com os senhores feudais, para a classe capitalista e para os tecnoburocratas que crescentemente os assessoravam a função legitimadora e sacralizadora da Igreja era sistematicamente subestimada. Uma visão racionalista do mundo levava as novas classes dominantes a acreditar que podiam dispensar ou pelo relegar a segundo plano o apoio da Igreja. Por outro lado, na medida em que o povo era marginalizado do processo econômico e social, e que não sentia nenhum apoio da Igreja em sua resistência contra a opressão, também ele se afastava da Igreja.

Na fase imediatamente anterior ao Concílio da Igreja vivia uma crise profunda que o Vaticano II aprofundou em um primeiro momento. Nos países comunistas a Igreja era diretamente desafiada. Nos países capitalistas o seu compromisso com as classes dominantes afastava não apenas o povo, principalmente na América Latina, mas também os jovens idealistas. Em consequência reduziam-se as vocações sacerdotais. A Igreja era ameaçada em sua própria sobrevivência. Perdia os fiéis, que aderiam a novas religiões, ao espiritismo, à umbanda, às seitas pentecostais. Perdia a possibilidade de formar sacerdotes em número suficiente, na medida em que reduziam-se as vocações.

O Concílio agravou inicialmente a crise, na medida em que desestruturou o sistema tradicional, que ainda servia de base para a Igreja, inclusive para o recrutamento de sacerdotes e de freiras. Mas o próprio Concílio e em seguida a revolução política que sacode a Igreja estabelecem as bases para a superação da crise.

Ao romper de forma cada vez mais nítida com as classes dominantes a Igreja nada perdia, na medida que, alijada do poder, considerada de importância secundária, vinha recebendo cada vez menos vantagens dessas classes e delas dependia cada vez menos. Por outro lado, ao se aproximar do povo reencontrava os fiéis ao mesmo tempo em que se tornava atraentes para os jovens idealistas provenientes das classes médias. Aumentavam assim as vocações sacerdotais, fortalecia-se o movimento leigo da Igreja, novos bispos, novos sacerdotes, leigos atuantes davam nova vida à Igreja.

Dentro desse quadro os últimos dez anos foram um período de franca recuperação. A Igreja saía da crise, reorganizava-se, criava novas instituições, entre as quais destacam-se, de maneira dramática pela sua importância, as comunidades eclesiais de base. Estas comunidades organizam os leigos principalmente da periferia das cidades em torno do Evangelho e de trabalhos sociais concretos em benefício da comunidade local. Seus dirigentes são investidos pelos bispos de funções para-sacerdotais, de forma que os membros efetivos e atuantes da Igreja se multiplicam. A falta de sacerdotes é parcialmente sanada, enquanto crescem as novas vocações. As comunidades eclesiais de base se transformam em uma realidade religiosa e política significativa.

Ao romper mais clara e efetivamente com o sistema capitalista a Igreja, sem abandonar sua crítica aos regimes comunistas, transforma-se, tanto nos países capitalistas quanto nos comunistas em uma espécie de consciência crítica da sociedade. E nesse sentido aproxima-se da esquerda, que desempenha função análoga.

Mas o papel crítico da Igreja é único não apenas devido ao seu caráter religioso, mas também porque ela se transforma em uma espécie de cobradora de coerência ideológica tanto da esquerda socialista quanto da direita moderada capitalista. Não apenas a ideologia socialista, mas também a capitalista estão marcadas por nobres ideais. Acontece que o socialismo ainda não se transformou em realidade. Os países chamados socialistas não passam de formações sociais tecnoburocráticas. O capitalismo, por sua vez, prega justiça, liberdade, igualdade de oportunidade, mas na prática é em geral contraditória com esses princípios. A Igreja, afinal relativamente desvinculada de seus compromissos com as classes dominantes, assume os valores mais nobres e generosos da sociedade em sua integridade e em seguida passa a cobrar sua observância. Por outro lado a Igreja aproxima-se também da esquerda na medida em que, internamente, crítica sua própria tendência autoritária e burocratizante. A Igreja ela própria é uma organização burocrática, à esquerda, seja quando organizada em partido, seja quando assume o poder, como aconteceu na Rússia em 1917, tende a tomar a forma burocrática. A burocracia transforma-se assim na pior inimiga tanto da Igreja quanto da esquerda. Ora, a consciência deste fato é cada vez mais clara tanto ao nível da esquerda que ainda não se burocratizou e não se desfigurou definitivamente, quanto da Igreja, que tende a

incorporar em sua doutrina os valores democráticos de forma cada vez mais plena.

Definitivamente a Igreja Católica, especialmente na América Latina, já não é mais o ópio do povo de que falava Marx.

Medelín foi a primeira manifestação decisiva nesse sentido. Puebla é a sua confirmação. Nesta reunião os setores conservadores da Igreja estavam decididos a iniciar um termidor. Não foram bem sucedidos. Em um continente em que o grau de incoerência entre os valores cristãos oficialmente proclamados e a prática das classes dominantes e em particular dos governantes chega ao limite do possível, a Igreja revelou em Puebla que seu novo papel crítico e transformador da sociedade está mais vivo do que nunca. A Teologia da Libertação, que se coloca na linha de frente deste movimento de renovação, não foi oficialmente confirmada, mas é óbvio que a nova teologia latino-americana torna inseparável a salvação e a libertação econômica, social e política.

Os conservadores, hoje, insistem em afirmar que a Igreja deve permanecer afastada da política. Essa posição não tem nenhum sentido. Na medida em que ela se constitui em um aparelho ideológico fundamental da sociedade ela não pode deixar de participar ativamente do processo político. No passado essa participação a situou ao lado das classes dominantes. Em um segundo momento ela foi relegada a uma posição secundária incompatível com seu poder real. Hoje a Igreja Católica especialmente na América Latina caminha decididamente para ação política em favor dos trabalhadores. Ação religiosa, ação social e ação política se confundem. A mensagem do Evangelho torna-se novamente clara. A Igreja supera sua própria crise na medida em que se coloca a serviço da libertação do homem.(04/03/79)